

LÍNGUA PORTUGUESA

TEXTO 1

O "cidadão de bem", os Direitos Humanos e a opinião pública

É comum que a opinião pública adote, conforme o quadro social, determinados posicionamentos que predominam nos populares. Trata-se de uma uniformização de discursos, um consenso entre a maioria dos cidadãos sobre certo assunto. É evidente que o discurso não é sempre correto. O número de pessoas que fala a mesma coisa não é capaz de alterar o mundo dos fatos. Em outras palavras, quantidade não é qualidade.

No entanto, desde os primórdios, a intelectualidade gosta de nadar contra a maré. Dizer o contrário do que a maioria da população diz e acredita já deu causa a diversas descobertas, hoje consensos: antes de Galileu Galilei, a opinião pública acreditava que a Terra era plana; antes de Copérnico, era a Terra o centro do Universo. Isso não significa, todavia, que adotar posições antagônicas à opinião pública o tornará um descobridor, um visionário. Há muitas coisas em que a opinião pública está correta. [...]

Cada dia mais há publicações irônicas acerca do chamado "cidadão de bem", questionando a diferenciação desse com relação ao marginal. Há muito tempo o conceito de *criminoso nato* foi abandonado. Não há traços físicos de pessoas tendentes ao cometimento de delitos. Ademais, qualquer indivíduo está sujeito ao cometimento de práticas delituosas, uma vez que os dispositivos penais nem sempre refletem o sentimento coletivo ou mesmo individual do que é, de fato, uma grave transgressão.

Não se pode desconsiderar, todavia, que a prática criminosa reiterada deriva de desvios de conduta decorrentes de uma formação moral frágil, ou da simples ausência dela. Em uma sociedade, há quem não tenha coragem de subtrair um alfinete, enquanto outros estão dispostos a matar se for preciso ("*necessidade*" essa não tão latente quanto possa parecer).

João trabalha há 30 anos em uma empresa de vigilância. Exerce uma carga horária de 8 horas, de segunda a sexta-feira, com uma remuneração um pouco superior a 1 salário mínimo e meio. Já foi assaltado 12 vezes e teve um filho morto em um assalto a mão armada. Pedro, por sua vez, não exerce função remunerada regular. Tem extensa ficha criminal, sobrevive com pequenos bicos e roubos a mão armada. Um deles sai à noite do trabalho temendo os altos índices de violência na cidade em que mora; o outro, é grande colaborador para os índices apontados. É fácil perceber que a arma nas mãos de um deles seria um exclusivo meio de defesa, para o outro, um objeto para práticas delituosas.

O disposto a cometer crimes, provavelmente, não se importará de transgredir outra lei penal: adquirirá ilegalmente uma arma também. Mas quem gostaria de tê-la como meio de defesa respeita as normas impostas pelo Estado e fica à mercê da criminalidade e da ineficaz segurança pública. Entre João e Pedro não é difícil visualizar qual é considerado "*cidadão de bem*" e qual não é.

Se a opinião pública encabeça, atualmente, um movimento cada vez mais punitivista, é porque se cansou de ficar à deriva, entre um Estado que não o protege (e não o deixa se defender) e uma criminalidade que cresce de forma exponencial. Ainda assim, toda vez que João liga a televisão, ouve ONGs de Direitos Humanos afirmando que os presídios estão superlotados; que é preciso desencarcerar; que os apenados sofrem com a opressão do Estado; que prisão não resolve, porque não cumpre sua finalidade ressocializadora.

É evidente que o indivíduo vê-se exausto de "*ver prosperar a desonra, de ver crescer a injustiça*" e demoniza os Direitos Humanos. Não que os Direitos Humanos em si sejam algo negativo, mas as instituições que os representam atualmente têm deturpado as suas finalidades. Há que se reconhecer o benefício histórico do movimento, sobretudo quando, em tempos sombrios, o Estado se excedia em face do indivíduo. Mas é preciso ponderação.

Os indivíduos devem deixar de transgredir por princípios morais, mas também por temer as consequências de seus atos. Se a educação não resolveu, o desvio precisa ser coibido. É preciso prevenção, mas também repressão. Por isso, a teoria não pode, jamais, desconsiderar a prática. Atacar a opinião pública sem analisar a sua perspectiva é injusto com quem é compelido a seguir os padrões morais e legais impostos pela vida em sociedade. E talvez o "*cidadão de bem*" não esteja tão errado assim...

Hyago de Souza Otto. Disponível em: https://hyagootto.jusbrasil.com.br/artigos/421032742/o-cidadao-de-bem-os-direitos-humanos-e-a-opinio-publica?ref=topic_feed. Acesso em: 29/01/2019. Adaptado.

01. Com o Texto 1, seu autor pretende, principalmente:

- A) criticar as instituições que defendem os Direitos Humanos.
- B) questionar a legitimidade da chamada 'opinião pública'.
- C) apresentar argumentos para defender um ponto de vista.
- D) explicar, com exemplos, o conceito de 'cidadão de bem'.
- E) esclarecer a diferença entre o cidadão de bem e o marginal.

02. Encontramos, no Texto 1, a defesa de que

- A) não há, de fato, muita diferença entre o cidadão de bem e o marginal.
- B) o Estado deve atuar de modo mais repressivo no combate ao crime.
- C) somente a educação é capaz de evitar a prática criminosa reiterada.
- D) todos os cidadãos de bem respeitam as normas impostas pelo Estado.
- E) a opinião pública não deveria encabeçar um movimento tão punitivista.

03. Acerca de elementos relacionadores presentes no Texto 1, analise as afirmações abaixo.

1. A expressão destacada no trecho “O número de pessoas que fala a mesma coisa não é capaz de alterar o mundo dos fatos. Em outras palavras, quantidade não é qualidade.” (1º §), indica que o autor pretendeu fazer uma reformulação em seu discurso, para deixar as ideias mais claras para seu interlocutor.
2. No trecho: “Cada dia mais há publicações irônicas acerca do chamado "cidadão de bem", questionando a diferenciação desse com relação ao marginal.” (3º §), o leitor deve compreender que o termo destacado faz referência à expressão “cidadão de bem”.
3. Releia: “Não há traços físicos de pessoas tendentes ao cometimento de delitos. Ademais, qualquer indivíduo está sujeito ao cometimento de práticas delituosas” (3º §). Com o termo em destaque, o autor sinaliza sua intenção de acrescentar novas informações ao seu texto.
4. No trecho: “Se a opinião pública encabeça, atualmente, um movimento cada vez mais punitivista, é porque se cansou de ficar à deriva, entre um Estado que não o protege [...]” (7º §), o referente do pronome destacado, embora não explícito, pode ser recuperado pelo leitor, que relaciona esse pronome a “indivíduo”, “cidadão”, contidos na ideia de “opinião pública”.

Estão CORRETAS:

- A) 1, 2 e 3, apenas.
- B) 1, 2 e 4, apenas.
- C) 1, 3 e 4, apenas.
- D) 2, 3 e 4, apenas.
- E) 1, 2, 3 e 4.

04. Considerando a propriedade textual da coerência, assinale a alternativa CORRETA.

- A) No trecho: “Pedro, por sua vez, não exerce função remunerada regular. Tem extensa ficha criminal, sobrevive com pequenos bicos e roubos a mão armada.” (5º §), a elipse dos sujeitos das formas verbais destacadas não prejudica a coerência do enunciado, pois esses sujeitos são claramente recuperados pelo leitor do texto.
- B) A coerência do Texto 1 é localmente prejudicada com a elaboração do 5º parágrafo, em que o autor apresenta ao leitor os casos de João e Pedro, mas não fornece informações suficientes sobre esses personagens, para que o leitor compreenda de quem se tratam.
- C) No trecho: “O disposto a cometer crimes, provavelmente, não se importará de transgredir outra lei penal: adquirirá ilegalmente uma arma também.” (6º §), verifica-se incompletude de informações e incoerência, pois o autor não revela ao leitor a que ‘outra lei’ está fazendo referência.
- D) Para garantir a coerência do trecho: “Não que os Direitos Humanos em si sejam algo negativo, mas as instituições que os representam atualmente têm deturpado as suas finalidades.” (8º §), o leitor deve compreender o segmento destacado como “as finalidades das instituições que os representam”.
- E) A incoerência do trecho: “Se a educação não resolveu, o desvio precisa ser coibido.” (9º §) se dá porque o autor não esclarece para o leitor de qual desvio se trata, o que gera certa dificuldade na compreensão textual.

05. Assinale a alternativa em que há equivalência semântica entre os termos destacados nos enunciados e aqueles termos que se apresentam entre parênteses.

- A) É comum que a opinião pública adote (rechace), conforme o quadro social, determinados posicionamentos que predominam nos populares.
- B) No entanto, desde os primórdios, a intelectualidade (cognição) gosta de nadar contra a maré.
- C) Isso não significa, todavia, que adotar posições antagônicas à opinião pública o tornará um descobridor, um visionário (reacionário).
- D) Não há traços físicos de pessoas tendentes (renitentes) ao cometimento de delitos.
- E) Se a opinião pública encabeça (lídera), atualmente, um movimento cada vez mais punitivista, é porque se cansou de ficar à deriva.

06. Acerca dos processos de coordenação e subordinação, analise as proposições a seguir.

1. No trecho: “É evidente que o discurso não é sempre correto.”, uma oração subordinada desempenha a função de sujeito da expressão “é evidente”, introdutora do enunciado.
2. No trecho: “antes de Galileu Galilei, a opinião pública acreditava que a Terra era plana;”, o complemento da forma verbal destacada está organizado na forma de uma oração subordinada.
3. A oração coordenada colocada no final do trecho: “Há que se reconhecer o benefício histórico do movimento, sobretudo quando, em tempos sombrios, o Estado se excedia em face do indivíduo. Mas é preciso ponderação.” realça a oposição que o autor pretende estabelecer entre as ideias apresentadas.
4. No trecho: “Se a educação não resolveu, o desvio precisa ser coibido.”, o autor emprega a coordenação para interligar as duas orações que compõem o enunciado.

Estão CORRETAS:

- A) 1, 2 e 3, apenas. B) 1, 2 e 4, apenas. C) 1, 3 e 4, apenas. D) 2, 3 e 4, apenas. E) 1, 2, 3 e 4.

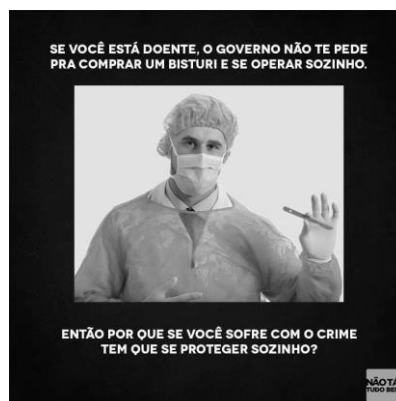
07. Releia o seguinte trecho do Texto 1: “O número de pessoas que fala a mesma coisa não é capaz de alterar o mundo dos fatos.”.

O segmento em destaque desempenha no enunciado uma função:

- A) adverbial. B) interjetiva. C) substantiva. D) adjetiva. E) pronominal.

08. Observe o cumprimento das regras de regência no trecho: “Atacar a opinião pública sem analisar a sua perspectiva é injusto com quem é compelido a seguir os padrões morais e legais impostos pela vida em sociedade.” Assinale a alternativa em que as regras de regência foram igualmente cumpridas.

- A) Atacar a opinião pública sem analisar a sua perspectiva é injusto com quem se vê obrigado de seguir os padrões morais e legais impostos pela vida em sociedade.
- B) Atacar a opinião pública sem analisar a sua perspectiva é injusto com quem opta por seguir os padrões morais e legais impostos pela vida em sociedade.
- C) Atacar a opinião pública sem analisar a sua perspectiva é injusto com quem decide a seguir os padrões morais e legais impostos pela vida em sociedade.
- D) Atacar a opinião pública sem analisar a sua perspectiva é injusto com quem prefere a seguir os padrões morais e legais impostos pela vida em sociedade.
- E) Atacar a opinião pública sem analisar a sua perspectiva é injusto com quem se submete em seguir os padrões morais e legais impostos pela vida em sociedade.

TEXTO 2

Disponível em: <http://www.metalurgicoscaxias.com.br/sou-da-paz-lanca-hoje-campanha-contra-liberacao-de-armas>. Acesso em: 20/01/2019.

09. O Texto 2 tem a finalidade principal de levar o leitor a refletir sobre:

- A) a defesa da saúde pública. D) o armamento da população civil.
- B) os perigos da automedicação. E) a necessidade de mais segurança nos hospitais.
- C) o despreparo dos médicos cirurgiões.

10. O Texto 2 tem como público-alvo:

- A) os profissionais da saúde.
 B) os policiais militares.
 C) os cidadãos comuns.
 D) os médicos cirurgiões.
 E) os membros do Congresso Nacional.

RACIOCÍNIO LÓGICO

11. Entre 100 pessoas entrevistadas para uma vaga de estágio, constatou-se que dentre estas, 70 são fluentes em inglês, 45, fluentes em língua francesa, e 50, em língua alemã; 25 são fluentes tanto em inglês quanto em francês; 5 tanto em alemão quanto em francês, e 45, em inglês e em alemão. Com base nesses dados, é CORRETO afirmar que

- A) todas as entrevistadas são fluentes em alguma dessas três línguas (inglês, francês ou alemão).
 B) nenhuma entrevistada é fluente em alguma dessas três línguas (inglês, francês ou alemão).
 C) a quantidade de entrevistadas que não é fluente em nenhuma ou que é fluente em todas as três línguas é menor ou igual a 15 pessoas.
 D) a quantidade de entrevistadas que não é fluente em nenhuma ou que é fluente em todas as três línguas é maior que 15 pessoas.
 E) se a entrevistada for fluente em inglês, ela será fluente em todas as três línguas.

12. Uma torneira defeituosa é tal que a quantidade de gotas pingando por vazamento dobra a cada dia. Se a torneira vaza uma gota no primeiro dia, 2 gotas no segundo dia, 4 gotas no terceiro dia e assim por diante, sabendo que um litro d'água possui, em média, 16.384 gotas, em quanto tempo a torneira terá vazado uma caixa d'água de 512 litros?

- A) Mais de 20 dias
 B) Menos de 10 dias
 C) Não menos que um mês
 D) Não menos que um ano
 E) Em exatamente 10 dias

13. De uma estação rodoviária, parte um ônibus para a cidade A, a cada 10 dias; um ônibus para a cidade B a cada 12 dias, e um ônibus para a cidade C a cada 7 dias. Se hoje todos os ônibus saíram juntos, em quantos dias, teremos novamente os três saindo no mesmo dia da estação?

- A) 120
 B) 240
 C) 360
 D) 420
 E) 840

14. Dado um conjunto A, representa-se por $P(A)$ o conjunto formado por todos os subconjuntos de A – o chamado conjunto das partes que também costuma ser representado por 2^A .

Se $A = \{\phi, \{\phi\}, 1, \{1\}\}$, qual das alternativas seguintes NÃO é elemento de $P(A)$?

- A) ϕ
 B) $\{\phi, 1\}$
 C) $\{1, \{\phi, 1\}\}$
 D) $\{\phi, \{\phi\}\}$
 E) $\{1, \{1\}\}$

15. Em uma Progressão Geométrica na qual o 3º termo é 9 e o 7º termo é 33, a soma dos 10 primeiros termos é

- A) maior que 200.
 B) menor que 100.
 C) maior que 100, mas estritamente menor que 200.
 D) uma potência de 2.
 E) um múltiplo de 7.

16. Considere as seguintes afirmações:

- A) Se eu estudar, então não sou reprovado.
 B) Ou eu joguei, ou eu estudei.
 C) Eu fui reprovado.

Nessas condições, é possível concluir logicamente que

- A) eu joguei.
 B) eu estudei.
 C) eu estudei e também joguei.
 D) eu nem joguei nem estudei.
 E) eu estudei, mas não joguei.

17. Em cada lançamento em um jogo de dardos, um jogador em particular acerta, consistentemente e de forma aleatória, uma a cada seis vezes, o alvo. Quantos dardos no mínimo esse jogador tem de lançar, para que tenha chance igual ou maior que 50% de acertar o alvo alguma vez nesses lançamentos?

- A) 1 B) 2 C) 3 D) 4 E) 5

18. Dois números reais tais que seu produto é igual a 24, e o quadrado de sua soma é igual a 98. Nessas condições, é CORRETO afirmar que

- A) somente um desses números é um número inteiro.
B) ambos os números são números inteiros.
C) o quadrado da subtração desses números é par.
D) o quadrado da subtração desses números é ímpar.
E) a soma desses números é um número inteiro.

19. Em uma escola, há uma e somente uma turma de cada uma das séries do ensino fundamental (1º ao 9º ano). Em cada turma, temos 40 ou mais alunos. Todos os alunos dessas turmas – e apenas dessas turmas - estão no pátio. Qual o número mínimo de alunos que, escolhidos aleatoriamente, garante a escolha de, pelo menos, 4 alunos de uma mesma turma?

- A) 22 alunos sorteados
B) 25 alunos sorteados
C) 27 alunos sorteados
D) 28 alunos sorteados
E) 37 alunos sorteados

20. A união de 4 conjuntos que podem ou não ter elementos em comum na qual cada conjunto possui, ao menos, 10 elementos é tal que

- A) sua união possui, ao menos, 40 elementos distintos.
B) sua intersecção possui, ao menos, 5 elementos distintos.
C) se dois deles não possuem elementos em comum, a união de todos possui, ao menos, 40 elementos distintos.
D) se três deles não possuem elementos em comum, a união de todos possui, ao menos, 40 elementos distintos.
E) se não há elementos em comum em nenhum par de conjuntos distintos, então a união deles possui, ao menos, 40 elementos distintos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. “Uma comunicação assertiva é aquela, que consegue passar as informações com clareza, dinâmica e respeito, obtendo o retorno esperado. Quando funciona bem, cria um canal aberto que permite o diálogo entre as partes e maior intercolaboração”. As falhas de comunicação são um dos principais gargalos. Quando as informações não são compartilhadas de forma correta, surgem grandes dificuldades nas relações. Quanto às dificuldades geradas pela má comunicação, assinale a alternativa CORRETA.

- A) Compromete a qualidade dos serviços; promove a pontualidade nos trabalhos.
B) Ações limitadas; Compromete o alcance nos resultados.
C) Facilidade nas relações interpessoais; Compromete a qualidade dos serviços.
D) Promove a pontualidade nos trabalhos; Compromete o alcance nos resultados.
E) Ações limitadas; Facilidade nas relações interpessoais.

22. Dos estilos de comunicação em liderança, a comunicação passiva é aquela, em que o comunicador é agente passivo, sente-se inferior aos outros e percebe que as outras pessoas sabem mais que ele. Nunca fala e concorda sempre com os outros, executando o que os outros exigem dele. É característica desse tipo de comunicador:

- A) evitar o conflito a todo custo.
B) concordar com apenas uma pessoa em uma discussão.
C) não gostar de supervisão.
D) conseguir sempre o que quer.
E) ter boa autoestima.

23. As funções administrativas foram elaboradas por Henry Fayol, considerado o pai da Administração. São elas:

- A) Estruturação, Interiorização, Direção, Controle.
- B) Internalização, Planejamento, Direção, Ação.
- C) Planejamento, Organização, Direção, Controle.
- D) Direção, Planejamento, Estruturação, Internalização.
- E) Controle, Interiorização, Direção, Ação.

24. “Direito Administrativo é o ramo do direito público, que trata de princípios e regras, que disciplinam a função administrativa e que abrange entes, órgãos, agentes e atividades desempenhadas pela Administração Pública na consecução do interesse público”.

Acerca das fontes do Direito Administrativo, analise as afirmativas abaixo:

- I. Os preceitos normativos do ordenamento jurídico, sejam eles decorrentes de regras ou princípios, contidos na Constituição, nas leis e em atos normativos editados pelo Poder Executivo para a fiel execução da lei.
- II. A jurisprudência, isto é, reunião de diversos julgados num mesmo sentido. Se houver súmula vinculante, a jurisprudência será fonte primária e vinculante da Administração Pública.
- III. A doutrina: produção científica da área expressa em artigos, pareceres e livros, que são utilizados como fontes para elaboração de enunciados normativos, atos administrativos ou sentenças judiciais.
- IV. Os costumes ou a praxe administrativa da repartição pública.

Está CORRETO o que se afirma em

- A) I, II e IV, apenas.
- B) II e III, apenas.
- C) I, III e IV, apenas.
- D) I, II, III e IV.
- E) II e IV, apenas.

25. Para realizar suas atividades, a Administração Pública detém prerrogativas ou poderes. São eles:

- A) discricionário, decorrentes da hierarquia, disciplinar, normativo e de polícia.
- B) determinante, interdependente, normativo, prerrogativo, ordenador.
- C) decorrentes da hierarquia, ordenador, interdependente, fiscalizador.
- D) disciplinar, de polícia, fiscalizador, vinculante, interdependente.
- E) discricionário, normativo, fiscalizador, vinculante, prerrogativo.

26. Acerca dos princípios informativos, numere a 2ª coluna de acordo com a 1ª.

- | | | |
|---------------------------|-----|--|
| 1. Princípio Lógico | () | Qualquer pessoa pode se declarar pobre na forma da lei e fica isenta de pagamento de despesas dos processos. |
| 2. Princípio Jurídico | () | Prevalência do conteúdo sobre a forma. |
| 3. Princípio Político | () | Os meios mais eficazes e rápidos para o julgamento. O processo deve se adequar até mesmo à tecnologia. |
| 4. Princípio Econômico | () | A máxima de garantias com o mínimo de sacrifício. |
| 5. Princípio Instrumental | () | Igualdade de tratamento e justiça das decisões. |

Assinale a alternativa que contém a sequência CORRETA.

- A) 3-4-5-2-1
- B) 1-3-5-4-2
- C) 4-5-1-3-2
- D) 3-2-1-5-4
- E) 2-4-3-1-5

27. A atividade administrativa, que é exercida pelo próprio ente federado, como o município, ou através dos órgãos que compõem a sua estrutura interna, chamamos de administração direta e é exercida de forma

- A) concentrada.
- B) descentralizada.
- C) multivariada.
- D) centralizada.
- E) inversa.

28. Acerca de Entidades da Administração Pública Indireta, leia o texto abaixo:

“São pessoas jurídicas de direito _____, pertencentes à Administração Pública Indireta, criadas por _____ para o exercício de atividades típicas da Administração Pública. (MAZZA, 2012)”.

“As agências reguladoras são autarquias com regime _____, possuindo todas as características jurídicas das autarquias _____ mas delas se diferenciando pela presença de _____ peculiaridades em seu regime jurídico. (MAZZA, 2012)”

Assinale a alternativa que preenche, CORRETA e respectivamente, as lacunas do texto.

- A) institucional / decreto estadual / híbrido / especiais / cem
 B) público interno / lei específica / especial / comuns / duas
 C) individual / lei específica / autárquico / individuais / cinco
 D) constitucional / ato normativo / jurídico / diferenciadas / características
 E) público interno / decreto estadual / jurídico / individuais / cem

29. “Ato administrativo é toda manifestação unilateral de vontade da Administração Pública, que, agindo nesta qualidade, tenha por fim imediato resguardar, adquirir, modificar, extinguir e declarar direitos ou impor obrigações aos administrados ou a si própria. Somente o agente público competente pode praticá-lo, sendo prerrogativa exclusiva deste.”
 O exercício do ato administrativo necessita de elementos ou requisitos.

Nesse sentido, numere a 2ª coluna de acordo com a 1ª em relação aos conceitos.

- | | | |
|-----------------------|-----|---|
| 1. Competência | () | É a situação de direito ou de fato, que autoriza ou determina a realização do ato administrativo, podendo ser expresso em lei (atos vinculados) ou advir do critério do administrador (ato discricionário). |
| 2. Finalidade | () | Consiste no objetivo que a administração pretende alcançar com a prática do ato administrativo, sendo aquela que a lei institui explícita ou implicitamente, não sendo cabível que o administrador a substitua por outra. |
| 3. Forma | () | É o efeito jurídico imediato que o ato deve produzir. |
| 4. Motivo | () | Conjunto de poderes, que a lei confere aos agentes públicos, para que exerçam suas funções com eficiência e, assim, assegurem o interesse público. |
| 5. Objeto ou conteúdo | () | Consiste no revestimento exteriorizador do ato administrativo. |

Assinale a alternativa que contém a sequência CORRETA.

- A) 5-3-4-2-1 B) 3-4-1-2-5 C) 4-2-5-1-3 D) 1-3-4-5-2 E) 2-5-3-4-1

30. O procedimento administrativo é a sucessão ordenada de operações, que propiciam a formação de um ato final objetivado pela administração pública. Em relação aos procedimentos administrativos, analise os itens abaixo:

- | |
|--|
| I. Atos intermediários
II. Atos preparatórios
III. Atos autônomos
IV. Atos hierárquicos |
|--|

Estão CORRETOS apenas

- A) I, II e IV. B) II e III. C) I e III. D) I, II e III. E) II e IV.

31. Em relação às espécies de ato administrativo, analise as afirmativas abaixo e coloque V nas Verdadeiras e F nas Falsas.

- | |
|--|
| <input type="checkbox"/> Atos normativos são aqueles, que contêm um comando geral do Executivo visando ao cumprimento de uma lei.
<input type="checkbox"/> Atos ordinatórios são os que visam disciplinar o funcionamento da Administração e a conduta funcional de seus agentes.
<input type="checkbox"/> Atos negociais são todos aqueles, que contêm uma declaração de vontade da Administração, apta a concretizar determinado negócio jurídico ou a deferir certa faculdade ao particular nas condições impostas ou consentidas pelo Poder Público. |
|--|

36. “Parceria público-privada é o contrato pelo qual o parceiro privado assume o compromisso de disponibilizar à administração pública ou à comunidade uma certa utilidade mensurável mediante a operação e manutenção de uma obra por ele previamente projetada, financiada e construída.”

Em relação às modalidades de parceria público-privada, é CORRETO afirmar que são do tipo

- A) Individual ou empresarial.
- B) Administrativa ou patrocinada.
- C) Federal ou individual.
- D) Patrocinada ou individual.
- E) Federal ou administrativa.

37. **O regime jurídico dos servidores públicos é o conjunto de princípios e regras referentes a direitos, deveres e demais normas de conduta, que regem a relação jurídico/funcional entre o servidor e o Poder Público. O Artigo 37 da Constituição Federal estabelece os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e eficiência, bem como a regra de acesso ao cargo público pela via do concurso, aliado à irredutibilidade de vencimentos e estabilidade funcional. Nesse sentido, pode-se dizer que o regime jurídico dos servidores é a determinação constitucional de aplicar, como regra, a forma de relação estatutária entre aquele que ocupa cargo público e o ente ou a administração direta ao qual está vinculado.**

Quanto às situações em que o Servidor Público pode vir a ser demitido, analise os itens abaixo:

- I. O cometimento do chamado crime contra a administração pública, que envolve improbidade e formas gerais da prática da corrupção.
- II. Utilização irregular do capital público.
- III. Ofensas físicas a outro servidor.
- IV. Acúmulo irregular de cargos dentro da administração pública.
- V. Utilização do cargo ocupado para proveito pessoal irregular.
- VI. Agir de forma irresponsável em relação à informações secretas ligadas a seu cargo e a de outros profissionais.
- VII. Recebimento de dinheiro, comissões ou presentes de qualquer tipo com valor comercial relevante por atuação em cargo público.

Estão CORRETOS

- A) I, II, III e V, apenas.
- B) II, IV e VI, apenas.
- C) I, II, III, IV, V, VI e VII.
- D) II, V e VII, apenas.
- E) I, II, III, IV, V e VII, apenas.

38. “O estágio probatório e a estabilidade são institutos jurídicos distintos. A estabilidade é um direito constitucional para quem possui cargo público efetivo (art. 41 da CF/88) e será adquirida após 3 anos de efetivo exercício. A aprovação no estágio probatório é um dos requisitos para aquisição da estabilidade, não se confundindo os institutos.”

Sabe-se que o servidor, após o ingresso no serviço público, permanece durante um período em estágio probatório, período em que, teoricamente, terá seu desempenho avaliado de forma objetiva, a fim de se verificar se ele reúne as condições mínimas de produtividade e adequação ao ambiente de trabalho para permanência no cargo. Em relação aos direitos do Servidor enquanto se encontra em estágio probatório, analise os itens abaixo e coloque “V” nos Verdadeiros e “F” nos Falsos.

- () Exoneração precedida de processo administrativo
- () Direito de greve
- () Direito de petição
- () Direito às licenças
- () Remoção para acompanhar cônjuge removido por interesse da Administração

Assinale a alternativa que contém a sequência CORRETA.

- A) V-F-F-V-V
- B) V-V-V-F-F
- C) F-F-V-F-V
- D) V-V-V-V-V
- E) V-V-F-V-F

39. “O Orçamento público é o instrumento de gestão de maior relevância e provavelmente o mais antigo da administração pública. É um instrumento que os governos usam para organizar os seus recursos financeiros.”

O art. 165 da Constituição Federal estabelece a existência de três tipos de leis orçamentárias: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

Em relação aos conceitos de cada uma das leis orçamentárias, numere a 2ª coluna de acordo com a 1ª.

- | | | |
|--|-----|--|
| 1. Plano Plurianual (PPA) | () | É o orçamento propriamente dito. |
| 2. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) | () | Norteia a elaboração do orçamento anual, restrito ao ano a que se refere. Define as metas em termos de programas. |
| 3. Lei Orçamentária Anual (LOA) | () | É um plano de médio prazo (quatro anos), por meio do qual se procura ordenar as ações do governo que levem a atingir objetivos estratégicos e metas quantitativas, fixados para o período de quatro anos, tanto no federal como nos governos estaduais e municipais. |

Assinale a alternativa que contém a sequência CORRETA.

- A) 1-2-3
 - B) 2-3-1
 - C) 1-3-2
 - D) 2-1-3
 - E) 3-2-1
-

40. “A Receita Pública é o valor em dinheiro administrado pelo Tesouro Nacional usado para pagar as despesas e investimentos públicos. É o resultado dos impostos, taxas, contribuições e outras fontes redirecionados para as despesas públicas. Ela é formada pelos tributos pagos pelos cidadãos e pelos empréstimos feitos pelo Governo. Sendo assim, as receitas públicas podem constituir-se em originárias ou derivadas.”

Quanto à classificação, as receitas públicas podem ser

- A) Ordinárias e Construtivas.
 - B) Orçamentárias e Extraorçamentárias.
 - C) Efetivas e Especiais.
 - D) Investimentos e Ordinárias.
 - E) Orçamentárias e Construtivas.
-

ANALISTA DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO